José Carlos da Maia.

José Carlos da Maia
Apontamento Breve

Fernando Mendonça Fava*

INTRODUÇÃO

A instauração do regime republicano em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, antecedeu, em um pouco mais de um ano, a instituição, na China, de um regime de idêntica natureza. Este paralelismo e o facto de entre os dois países existirem outras aproximações e outros laços, centrados, designadamente, no território de Macau, justifica, a nosso ver, a elaboração de um pequeno apontamento biográfico de um vulto histórico que tendo sido consagrado como um herói da República Portuguesa, foi também governador de Macau, aí desenvolvendo obra administrativa de notável grandeza e com isso influenciando a história dessa singular península do Extremo Oriente onde os portugueses permaneceram durante 442 anos (1557 a 1999). Em obediência a este desiderato, propomo-nos, nas páginas seguintes e em traços largos, descrever a figura de marinheiro, de revolucionário, de político e de mártir que foi José Carlos da Maia. A ênfase será colocada no protagonismo histórico que Maia teve durante a afirmação política do republicanismo e a vigência da Primeira República Portuguesa, sem, todavia, deixar de se fazer necessárias referências ao seu estatuto e acção como governador de Macau, bem ainda como às relações que, enquanto tal, manteve com o reputado pai da República Chinesa, Sun Yat Sen 孙逸仙, facto tão mais interessante quanto se conhece que Carlos da Maia dedicou simpatias pessoais à causa da República Chinesa, apoiando-a tanto quanto esteve ao seu alcance fazê-lo.

Sendo este um trabalho por natureza descritivo, não deixará o mesmo de ter, nos momentos apropriados, as reflexões que se julguem pertinentes, com privilégio para as que contribuírem para uma melhor compreensão da idiossincrasia da pessoa em estudo. Paralelamente, e no sentido da procura de uma melhor intelecção dos assuntos narrados e das questões colocadas, far-se-ão as contextualizações que vierem em socorro desse objectivo. As poucas notas de rodapé destinam-se a fornecer uma informação mais detalhada acerca de pessoas e/ou factos. Por fim e porque, no caso, tal nos parece uma metodologia adequada, procuraremos que a nossa exposição seja regida por um flexível fio cronológico.

MENINICE E ADOLESCÊNCIA

José Carlos da Maia nasceu em Olhão a 16 de Março de 1878, filho de Carlos Augusto da Maia e de Maria da Encarnação Cruz Maia. Pelo lado paterno era neto do desembargador e fidalgo-cavaleiro, António Carlos da Maia, e sobrinho-neto de Ana Guilhermina da Maia, casada com Fernando de Quental, sendo estes os pais do grande poeta e filósofo Antero de Quental, de quem, portanto, Carlos da Maia era primo em segundo grau. Após o seu nascimento, seu pai, guardião de marinha, foi colocado em Lisboa, facto que implicou a ida do pequeno José Carlos, com apenas 14 meses de vida, para a grande cidade. Da meninice,

* Mestre em História Contemporânea de Portugal; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

M.A. in Portuguese Contemporary History; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies.

passada na zona ribeirinha de Belém, sabemos que foi companheiro de brincadeiras do jornalista e historiador, Francisco da Rocha Martins, pessoa que haveria de notabilizar-se, não só pelos seus artigos jornalísticos e obras historiográficas, mas, igualmente, pela firme e inteligente oposição que fez ao regime de Salazar. Quanto a este último aspecto, evoquemos apenas o conhecido pregão, repetido vezes sem conta pelos ardinas de Lisboa, nos anos quarenta do século xx, quando a sua pena, se expandindo pelas páginas do *Diário de Notícias*, zurzia impiedosamente nos corifeus e nas incongruências do salazarismo: "Hoje fala o Rocha, o Salazar está à brocha."

Mas, interessa-nos, sobretudo, saber o que a pena de Rocha Martins escreveu sobre o seu companheirismo com José Carlos da Maia. Vejamos, então, um pequeno e primeiro registo:

> "Aparecera para a minha amizade aos seis anos que eu tinha; ele tinha oito. Nascemos no mesmo mês, em Março, com a diferença de quinze dias e era sabido que os Maias me convidavam para a festa do filho, na Travessa do Figueiredo, que tinha um quintalão enorme engalanado de balões, onde saltávamos fogueiras pelo Santo António. Tinha uns lindos olhos sonhadores, o José Carlos; vestia um bibe, guardava na voz um sotaque algarvio – ele era d'Olhão – e, irrequieto, tumultuoso, chefe de todos nós, amava, então, os chapéus armados de papel, as espingardas de pau, as espadas de lata compradas na feira de Belém. Eu era lanceiro; cavalo de cana, barretina empenachada, haste de vassoura afiada e bandeira azul e branca. Ele falava sempre com paixão dos barcos de que se recordava; comentava visões largas de navios e quando me levavam para Pedrouços era ele, que olhos magoados, enternecia remadores da Alfandega, pilotos do Bom Sucesso e os guardas da saúde para nos levarem no vapor até aos paquetes colossais que buzinavam e deitavam fumo negro."[1]

Em Janeiro de 1890, quando José Carlos da Maia se encontrava na dobra dos 11 para os 12 anos, estalou o epílogo lógico de um diferendo que já há muito opunha Portugal à Inglaterra e que resultava de um choque frontal de interesses, existente no seio dos projectos coloniais que cada um dos dois países alimentava na África austral. Esgotados aparentemente os recursos diplomáticos, deu-se voz à força, naturalmente por iniciativa de quem a detinha. O episódio, que veio a ficar conhecido historicamente por *Ultimato Inglês,* teve, como se sabe, enorme impacto na opinião pública portuguesa, despertando no seio desta, de muito forma dilatada, um orgulho nacional que, afinal, apenas se encontrava adormecido. Tinha então Carlos da Maia, como se disse, apenas 12 anos de idade, mas compreende-se quanto o assunto em si mesmo, e a paixão que gerou, possa ter contundido fortemente o pensar e os ideais, precocemente desenvolvidos, de um adolescente com um espírito já tocado ou impregnado por sentimentos de civismo e de patriotismo, quer por efeito de ambiências familiares, quer pelo ar político que se respirava na Lisboa de então, perpassado pelo ascenso do movimento republicano. A verdade é que nos seus folguedos logo começaram os jogos de guerra contra a Inglaterra (esta sempre vencida), tudo se desenrolando de conluio com o pequeno Francisco Rocha Martins e com este a fazer "inflamados" discursos onde eram definitivamente apostrofados os ingleses, a *Pérfida Albion* e o "execrável" Salisbury.[2] Brincadeiras infantis que mimetizavam o que se estava a passar na sociedade portuguesa, atravessada que estava esta, de norte a sul do país, por uma onda de indignação que se vertia contra o opressor estrangeiro, mas também contra a Monarquia Constitucional e contra a Coroa, instituições que, de todo, se mostravam incapazes de defender os interesses nacionais.

MARINHEIRO, MAÇOM E REVOLUCIONÁRIO

Corria o ano de 1897 quando Carlos da Maia se alistou na Armada, nisso dando pleno acolhimento a uma vocação sentida e também a tradições de família. Tinha então 19 anos e por esta altura morava mais para o interior da cidade, na zona de São Paulo, não longe do Cais do Sodré. Promovido a guarda-marinha em 1900, foi então colocado na Divisão Naval do Atlântico Sul, sulcando os mares entre Angola, São Tomé e Cabo Verde. Depois, em 1903, já como segundo-tenente, foi destacado, primeiramente para a canhoneira *Diu* e depois para o cruzador *Vasco da Gama*, ambos fundeados em Macau, aí permanecendo até 1905, ano em que regressa a Portugal. Após uma breve viagem a Angola, foi nomeado, em Fevereiro 1907, instrutor da Escola Prática de Artilharia Naval – fragata *D. Fernando II e Glória*.

De sua autoria aparece-nos, escrito justamente em 1907, um pequeno opúsculo intitulado *Estudo Sobre Chronometros e Agulhas do Pero d'Alenquer*. Com um conteúdo estritamente técnico, debruça-se este folheto sobre as particularidades dos instrumentos de marear do referido navio e sobre tabelas e fórmulas matemáticas relacionadas. Num outro impresso, igualmente datado de 1907, surge-nos um discurso feito pelo então segundo-tenente José Carlos da Maia na Liga Naval Portuguesa na noite de 5 de Junho de 1907. Fazendo algumas considerações sobre o tema mais genérico "Marinha de Guerra", o orador desce depois a uma análise da relação estreita existente entre a Marinha Militar e o Comércio, entendido este como importante factor de criação de riqueza pública. Atribui o estado deplorável a que chegara a Marinha Portuguesa a causas internas como: "educação fradesca", "perversão na exploração das riquezas" e "ambições de mando". Termina, afirmando que, enquanto Portugal estagnou, as outras potências europeias, nossas concorrentes na dominação de territórios ultramarinos – Inglaterra, Espanha, França, Alemanha – cresceram em meios e em ambição, aspectos estes que, segundo a sua opinião, desaguaram nas exigências e imposições feitas na Conferência de Berlim de 1885.

Entretanto iniciado na Maçonaria, José Carlos da Maia conspira então activamente contra a Monarquia e a favor da República, juntando os seus esforços aos de outros seus camaradas de armas, designadamente a Machado Santos e a Cândido dos Reis. Uma das missões que desempenhou com grande sucesso foi a do aliciamento de elementos militares para a causa revolucionária da República, facto que se veio a constituir num factor de imensa valia para o êxito do projecto republicano. Na tentativa revolucionária de 28 de Janeiro de 1908, empreendeu várias acções, conjuntamente com Machado Santos, atraindo a marinhagem para o movimento, bem ainda como funcionou como elemento de ligação, mantendo o chefe militar da conjura, almirante Cândido dos Reis, permanentemente informado sobre o evoluir dos acontecimentos e o comportamento e posições dos oficiais.

Chegada de José Carlos da Maia a Hong Kong, em Junho de 1914.

Sempre a sonhar com a Revolução Republicana, por ela continuou a trabalhar durante o chamado período de "Acalmação" ou seja, o breve reinado de D. Manuel II, príncipe impreparado para reinar e que somente ascendeu ao trono por força do *Regicídio* de 1 de Fevereiro de 1908, acontecimento trágico que vitimou seu pai, o rei D. Carlos, e seu irmão, o príncipe real, D. Luís Filipe. Quando, finalmente, na madrugada de 3 para 4 de Outubro de 1910, a Revolução veio para a rua, José Carlos da Maia e os seus camaradas de armas, Ladislau Parreira e Sousa Dias, acolitados por numerosos civis, assaltam o quartel de marinheiros de Alcântara. No local travaram-se então ferozes combates de rua contra forças monárquicas, tendo a sorte da peleja se decidido a favor dos assaltantes. Nesse dia 4 de Outubro, pelas 22 horas, um grupo de revolucionários, sob a chefia directa de José Carlos da Maia, tomou de assalto o cruzador *D. Carlos*, restando este episódio, no dizer de Machado Santos, como uma das "acções mais brilhantes da Revolução."[3] A este propósito, atentemos no depoimento seguinte:

> "Ontem o Vasconcelos e Sá[4] fez diante de mim a descrição viva e animada dos dias 4 e 5 de Outubro, e só então compreendi bem a importância da Marinha na Revolução: era um grupo de oito a dez oficiais da Armada, todos eles homens de acção. Todos eles ligados pelo perigo como irmãos. E o mais nobre, o que não tem uma falha, duma coragem reflectida e serena, é o José Carlos da Maia."[5]

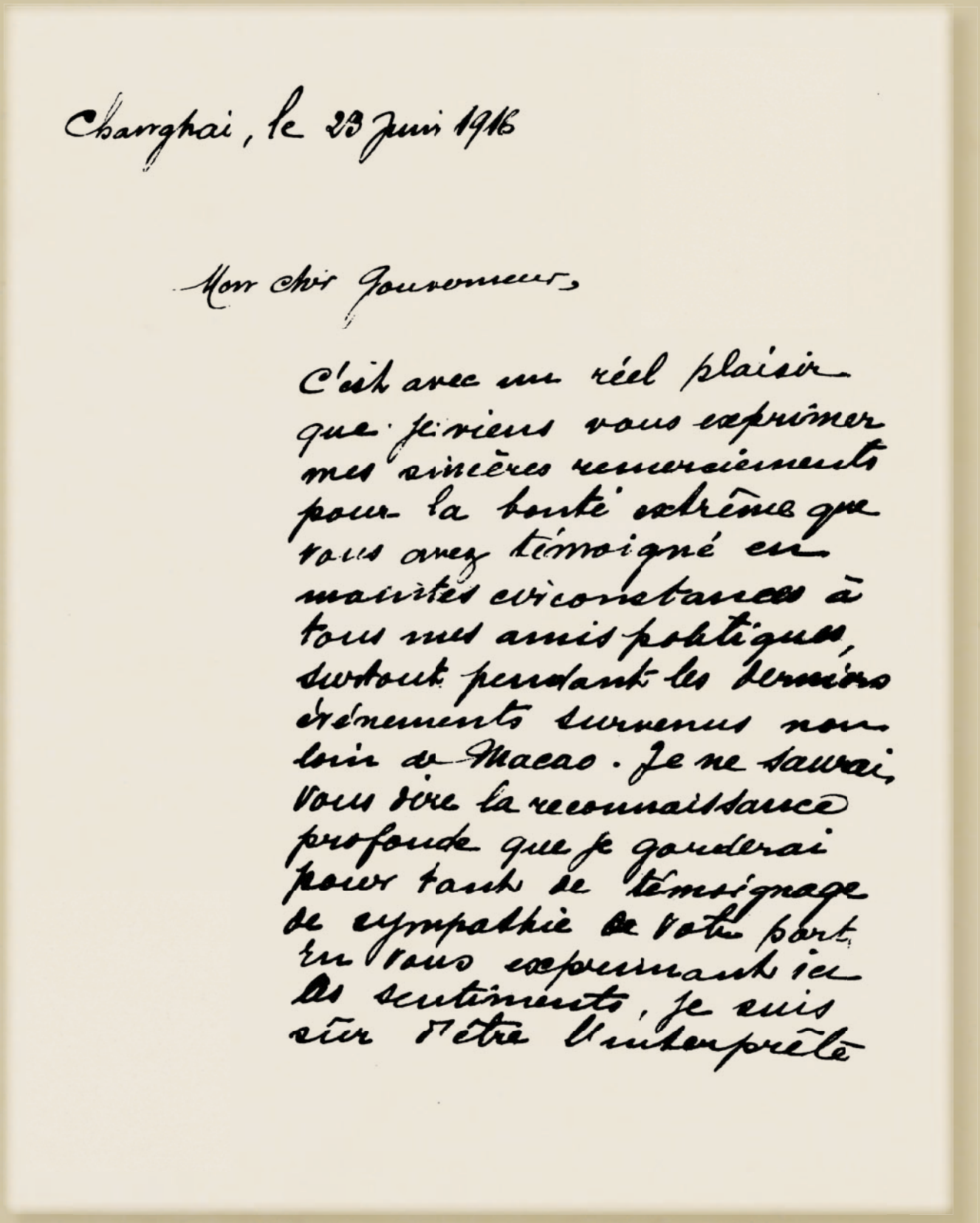
Palavras que nos dão nota da importância da participação da Armada Portuguesa no processo de afirmação e implantação da República, do empenhamento de alguns dos seus oficiais nessa causa e, por outro lado, do perfil de um desses oficiais, justamente a pessoa que temos em apreciação.

Vitoriosa a Revolução e proclamada a República a 5 de Outubro de 1910, Carlos da Maia corre então a abraçar sua mãe, a quem disse: "minha mãe, pode beijar-me que não matei ninguém!"[6]

A REPÚBLICA

Com o regime republicano implantado em Portugal, Carlos da Maia, reconhecidamente um dos heróis da República, é promovido a capitão-tenente, pelos altos serviços prestados à Pátria, e eleito deputado à Assembleia Constituinte. Nessa arena política, as suas intervenções foram todas no sentido da reorganização da Marinha de Guerra Portuguesa, fazendo o retrato da decadência a que mesma tinha chegado e advogando a compra do material navegante estritamente necessário para a defesa de portos e costas e incremento do comércio marítimo. Um pouco mais tarde, em 1914, um Governo presidido por Bernardino Machado nomeou-o governador da longínqua Província de Macau. Maia permaneceu nessas funções até Setembro de 1916, sendo historicamente atribuída à sua governação obra administrativa com grande impacto no desenvolvimento do território, designadamente fundação de escolas; aquisição de lanchas para a Capitania dos Portos; instalação de telegrafia sem fios entre as ilhas de Taipa e Coloane; iniciação das obras do Porto de Macau, com ligação da Praia Grande à marginal do Porto Interior; saneamento de Mong Há; beneficiações no Palácio do Governo; criação do Corpo de Voluntários de Macau e Polícia Civil; reorganização e reapetrechamento do Corpo de Bombeiros; fundação de uma gafaria na ilha de D. João, ou de S. João; apoio aos hospitais já existentes. Tudo isso sem prejudicar a situação financeira de grande desafogo, herdada da governação anterior. Pela sua governação foi considerado benemérito de Macau e obsequiado por uma mensagem de agradecimento da parte de altas personalidades do território, gravada a púrpura numa placa, com decorações em prata. O valioso objecto acabaria por desaparecer da casa de família logo em 1917, vindo a ser descoberto, na década de 1970, na posse de um antiquário e então recuperado pelo filho de José Carlos da Maia, de seu nome Francisco Manuel Carlos da Maia. Num outro plano, o das relações com a China, foi reconhecido o apoio dado pelo governador Carlos da Maia ao projecto revolucionário do estadista chinês Sun Yat Sen de derrubar a dinastia Qing e instalar na China o regime republicano. De tal forma assim que o próprio Sun Yat Sen expressou, quanto a esse precioso apoio, calorosos agradecimentos por carta escrita em 23 de Junho de 1916.[7] Ainda nos dias de hoje, quando em Macau se evoca Carlos da Maia, se considera que tal personalidade foi um dos melhores governadores que a Península teve. Um eco desse reconhecimento aconteceu recentemente, a 5 de Outubro de 2009, num jantar comemorativo do 99.º

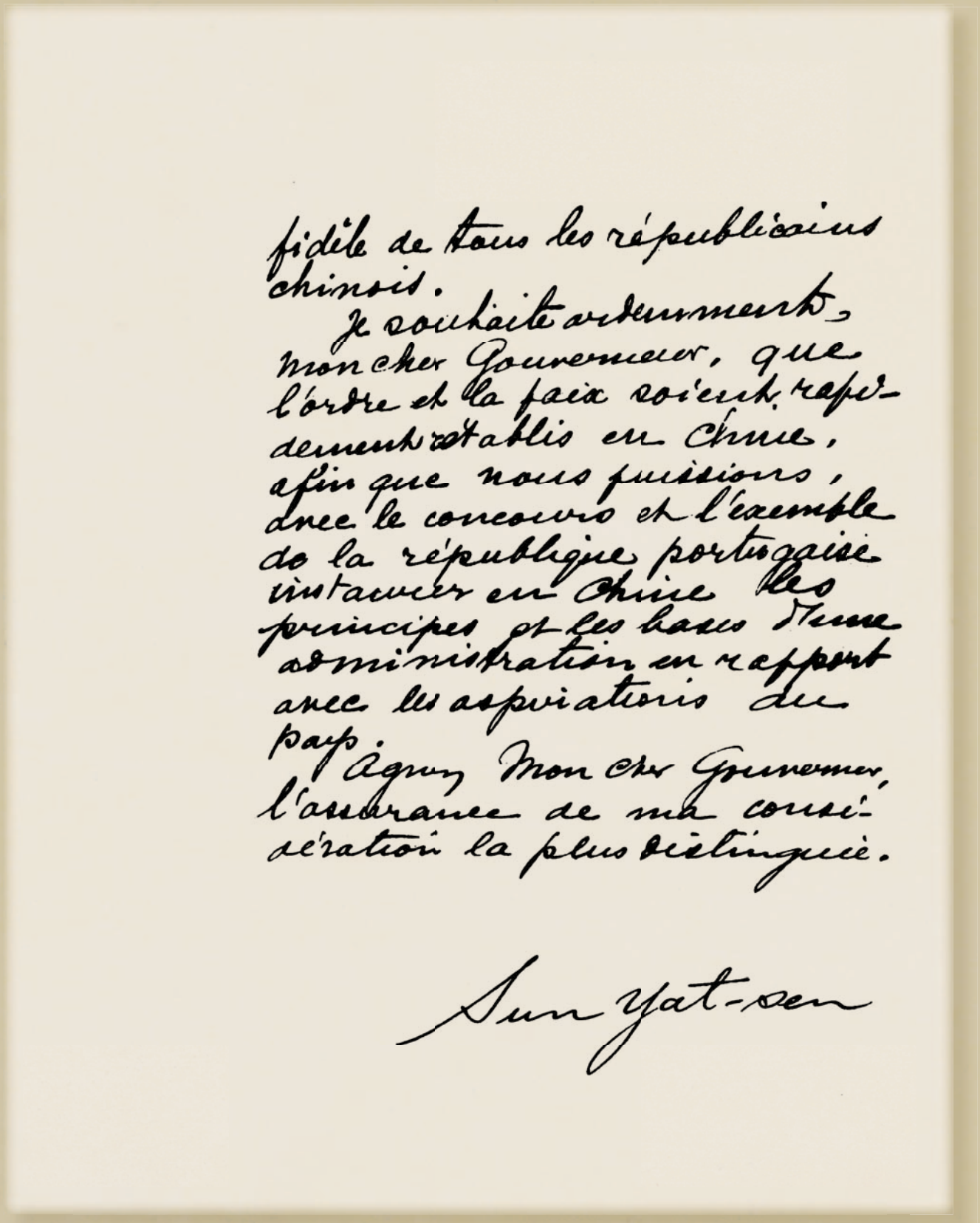
Carta de Sun Yat Sen para Carlos da Maia, agradecendo-lhe o apoio à causa republicana chinesa. *In* Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação Macau, 1999.



Changhai, le 23 Juin 1916

Mon Cher Gouverneur,

C'est avec un réel plaisir que j'ai cru vous exprimer mes sincères remerciements pour la bonté extrême que vous avez témoigné en maintes circonstances à tous mes amis politiques, surtout pendant les derniers événements survenus non loin de Macao. Je ne saurai vous dire la reconnaissance profonde que je garderai pour toute de témoignage de sympathie de votre part en vous exprimant ici de sentiments, je suis sûr d'être l'interprète



fidèle de tous les républicains
chinois.
Je souhaite ardemment,
mon cher Gouverneur, que
l'ordre et la paix soient rapi-
dement établis en Chine,
afin que nous puissions,
avec le concours et l'ensemble
de la république portugaise
instaurer en Chine les
principes et les bases d'une
administration en rapport
avec les aspirations des
pays.
Agréez, Mon cher Gouverneur,
l'assurance de ma consi-
dération la plus distinguée.

Sun Yat-sen

aniversário da implantação da República Portuguesa, havido no Clube Militar e organizado pela Casa de Portugal em Macau. Durante o evento, que se disse muito concorrido, coube ao jornalista João Guedes fazer o elogio de Carlos da Maia, nisso enaltecendo a sua pessoa e a sua governação durante os anos de 1914 a 1916, referências feitas numa palestra subordinada ao tema "A Implantação da República e o papel do Governador Carlos da Maia em Macau."[8]

Todavia, nos anos algo conturbados da I República Portuguesa não deixou a governação de Carlos da Maia de ser severamente atacada, muito embora a estatura moral e a honorabilidade do governador fossem expressa e cuidadosamente poupadas nas apreciações então feitas. Já no seu mencionado livro, Rocha Martins refere

José Carlos da Maia com a sua mulher no jardim da casa de Lou Lim Ioc, o segundo a contar da esquerda.

a predisposição do seu amigo Carlos da Maia para, armado de um junco, castigar o autor do que reputava de "insolências" que, à data, lhe estavam sendo dirigidas. A reprimenda só não se concretizou porque, segundo palavras do próprio Carlos da Maia, o "insolente" estava de partida para a França e não seria correcto "tocar num oficial que vai bater-se pela Pátria."[9] A pessoa em causa era Francisco Gonçalves Velhinho Correia, oficial do exército e deputado do Partido Democrático pelo círculo de Macau. Com efeito, ao longo de sessões parlamentares havidas no segundo semestre de 1916 e primeiro de 1917, Velhinho Correia foi desdobrando um acerado rol de acusações, no contexto do qual José Carlos da Maia era acusado de gestão danosa e de abuso de poder, enquanto governador daquela Província. Avultavam nesse libelo assuntos como as Obras do Porto de Macau; organização do Corpo de Polícia; obras de beneficiação do Palácio do Governo; excesso de autoridade na resolução de um diferendo com o comandante da canhoneira *Pátria*, capitão--tenente Magalhães Correia; proposta do governador ao Conselho do Governo de Macau para a extinção do Leal Senado; ainda um episódio de um chinês que apareceu morto num hotel de Macau, tendo em uma das algibeiras um cheque de 7000 patacas sobre um banco de Cantão, sendo, neste passo, o governador acusado de ter feito o papel de investigador num banal caso de polícia, atitude incompatível com as suas altas funções, no dizer do acusador.

Todas estas questões foram largamente debatidas nas sessões de 28, 29 e 30 de Maio de 1917, encontrando Carlos da Maia a sua defesa nas pessoas dos deputados Vasconcelos e Sá e Tamagnini Barbosa (este último natural de Macau) que tentaram desmontar, com abundância de argumentos, as posições de Velhinho Correia. Sobre a polémica assim gerada vale a pena demorarmo-nos um pouco, posto que a mesma alberga informação historicamente interessante, sobretudo quanto aos aspectos que se prendem com a proposta de extinção do Leal Senado. A este propósito aduziu Vasconcelos e Sá que as Cartas Orgânicas das Colónias determinavam, mormente na sua Base 44.ª, que podiam ser eleitores os residentes que soubessem ler e escrever em qualquer língua, inclusive os estrangeiros com mais de dois anos de residência. Ora, sendo a então população chinesa de Macau de mais de cem mil indivíduos, muitos dos quais sabendo ler e escrever em chinês, corria-se dessa forma o perigo da criação de uma esmagadora massa de votantes chineses, facto que, a breve trecho, possibilitaria a desnacionalização do Leal Senado. De acordo com as palavras do deputado, sabendo-se que este era um problema antigo, já estudado, porém nunca resolvido, terá o governador Carlos da Maia optado pela solução mais radical, ou seja, pela eliminação do órgão Municipal, fonte do problema. Não o fez, todavia, sem pedir ao próprio Leal Senado que sobre o assunto consultasse a opinião pública macaense. Num comício convocado especificamente para o efeito, a população de Macau delegou o estudo e solução do caso numa Grande Comissão que, *in loco*, elegeu. Esta votou, por grande maioria, a extinção do órgão autárquico. Perante tal decisão, o governador enviou para Lisboa o projecto de nova Carta Orgânica para Macau, contendo a proposta de extinção do Leal Senado. Fê-lo também com suporte na Base 42.ª das já referidas Cartas Orgânicas que, no seu final, decerto referindo-se expressamente a Macau, determinavam que nas províncias de pequena área territorial não seriam instituídas corporações municipais, sendo as funções destas exercidas pelos Conselhos de Governo.

Muito embora este preceito legal jogasse nitidamente a favor da sua proposta, Carlos da Maia não ousou afrontar directamente a existência e a permanência de uma instituição tão prestigiada e tão tradicionalmente ligada à vida pública e política de Macau quanto o era o Leal Senado. O que surpreende é que, num processo de auscultação da opinião pública macaense, sob auspícios do próprio Leal Senado, se tivesse votado favoravelmente a extinção do multissecular órgão municipal de Macau. Isso mesmo disse Velhinho Correia na tréplica que deu aos defensores de Carlos da Maia. O facto é que, à boa maneira portuguesa, tudo redundou em uma mão cheia de nada: nem o Ministério das Colónias deu qualquer provimento às propostas de Carlos da Maia nem da discussão havida no Parlamento se fez qualquer luz sobre o assunto. Por outro lado, também o tempo dos homens, sobretudo dos homens de Macau e da China, se encarregou de demonstrar quanto eram infundados ou especulativos os receios acerca de uma possível desnacionalização do Leal Senado. Igualmente não se provaram as acusações feitas a Carlos da Maia, nem daí foram extraídas quaisquer consequências, todavia é bem

José Carlos da Maia com a sua mulher no Jardim de Camões, em Macau.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

possível pensar que o episódio em toda a sua extensão e meandros, influindo nas decisões governamentais ou na vontade ou estado de espírito do próprio Carlos da Maia, tenha tido o seu relativo peso na cessação das suas funções de governador de Macau, em 1916, assunto que decorreu também de forma embrulhada, com decisões e contra-decisões, um pouco ao sabor da maré política; recorde-se, a propósito, que o despacho relativo à sua exoneração viria a ser anulado em 1918, durante o consulado de Sidónio Pais.

Regressado pois a Lisboa, no contexto da conflituosa e polémica situação política gerada pela Grande Guerra, Maia, manifesto adversário de Afonso Costa e desgostado com o rumo da coisa pública, engrossou, conjuntamente com o seu amigo e camarada de armas, Machado Santos, o número dos descontentes que conspiravam contra os poderes instituídos. Lembremos que, já em Janeiro de 1914, antes da sua partida para Macau, Carlos da Maia havia estado entre o grupo de fundadores e primeira direcção do Centro Reformista (mais conhecido por Partido Reformista), direcção que era presidida justamente por Machado Santos, o herói da Rotunda. Os reformistas ou machadistas eram um grupo radical e intransigente que se distinguia sobretudo por uma oposição cerrada e feroz ao domínio do Partido Democrático e à pessoa do seu líder, Afonso Costa. Neste mesmo sentido, haviam tomado parte activa na chamada "Revolução das Espadas" e no apoio dado à ditadura de Pimenta de Castro, em 1915.

Capitalizando o descontentamento geral provocado pela crise social e económica decorrente da Guerra, a insurreição militar pôs-se em marcha em Dezembro de 1917. O rosto visível do golpe era uma personagem até então pouco conhecida, de seu nome António Bernardino Cardoso da Silva Pais. Militar de artilharia e lente de Matemática, exercera até Março de 1916, as funções de ministro de Portugal em Berlim. O homem, justamente por ser desconhecido e por se afirmar republicano, concentrava em si algumas expectativas e esperanças. Carlos da Maia não escondeu as suas simpatias quer pelo movimento, quer pelo líder do mesmo. A ânsia, algo ingénua, do marinheiro era repor a autenticidade do 5 de Outubro de 1910, "restabelecer a ordem e a república pura", tal como o confessou ao seu amigo Rocha Martins.[10]

O movimento (depois chamado de Dezembrismo) conseguiu insurreccionar algumas unidades militares da guarnição de Lisboa, as quais, conjuntamente com cadetes da Escola de Guerra e alguns populares, assentaram arraiais no alto do Parque Eduardo VII. A resposta das autoridades e forças governamentais foi frouxa, reflectindo dificuldades próprias de um poder executivo atravessado por dissidências e moralmente débil, sendo esse estado de coisas que acabou por oferecer a vitória aos revoltosos.

Durante o período em que vigorou o primeiro governo do Dezembrismo – Dezembro de 1917 a Março de 1918 – o capitão-tenente José Carlos da Maia esteve à frente da Câmara Municipal de Lisboa como seu Presidente. Depois, e na primeira remodelação governamental, ocorrida em Março, assumiu a pasta da Marinha. O seu período de governação será curto, de escassos três meses. Havia confiado em Sidónio Pais, porém breve começou a aperceber-se que este, lançado na vertigem de um projecto de poder pessoal, com laivos de messianismo, se distanciava, cada vez mais, do conteúdo programático e ideológico do fenómeno histórico que era a República e das exigências e conveniências que o mesmo comportava. Nessa senda, abandonado pelos republicanos que com ele estavam inicialmente, Sidónio procurava então rodear-se de monárquicos, numa tentativa de, por essa via, se conservar no poder. Ora Carlos da Maia, combatente de primeira linha no 5 de Outubro de 1910, conservava inteira e impoluta a sua fé republicana, sentimento que não permitia uma contemporização com uma República onde os principais e mais importantes cargos de governação e de chefia das forças armadas estavam a ser entregues a individualidades que manifestamente perfilhavam ideais monárquicos. Daí a sua inabalável decisão de se retirar do Governo. Em todo o caso, enquanto ministro e secretário de Estado da Marinha (no projecto presidencialista de Sidónio, a partir de 15 de Maio de 1918, os ministros passaram a ser designados por secretários de Estado) deu curso, sob a forma de propostas, a alguns projectos, designadamente a construção de uma Escola de Recrutas da Armada, no Alfeite; edificação de um Sanatório para sargentos e marinheiros; criação da Junta Autónoma para as obras do Arsenal de Marinha na margem sul do Tejo. Eram, por um lado, medidas de claro alcance social e, por outro lado, de prático senso comum de criação das condições básicas necessárias à reestruturação e lançamento da Marinha de Guerra Portuguesa. Todavia, no contexto de um regime eivado de contradições e

de um poder executivo que governava sem programa político e com recurso a medidas avulsas ditadas por necessidades pontuais, essas propostas, se bem que fundamentadas e perspectivando a resolução de problemas existentes, não tiveram, nem poderiam ter, a concretização que mereciam. Deixou, pois, Carlos da Maia a pasta da Marinha para ir ocupar, posteriormente, o relativamente modesto cargo de comandante da capitania de Portimão, no Algarve.

Após o assassinato de Sidónio Pais, a 14 de Dezembro de 1918, as forças monárquicas, receosas da sua perda de influência no quadro do novo ordenamento político, empreenderam uma tentativa desesperada, restaurando, no Porto, a 19 de Janeiro de 1919, o regime monárquico, conhecido por "Monarquia do Norte" ou "Traulitânia". Pouco depois, a 22 do mesmo mês de Janeiro, os monárquicos da capital sublevaram alguns regimentos da guarnição de Lisboa, no contexto do que se designou chamar de "Revolta do Monsanto". Sentindo então a República em grande perigo, os republicanos de todos os credos uniram-se e, auxiliados pelo povo de Lisboa (o pé-descalço, relembrando o pata-ao-léu de oitocentos), assaltaram no dia 23 a Serra do Monsanto, reduto talassa, e, em 24 horas de renhidos combates, a ofensiva monarquista foi completamente desbaratada. Nesta conjuntura, o então capitão-de-fragata José Carlos da Maia, dispondo de preciosas informações e de contactos privilegiados junto de elementos republicanos que se dispusessem a lutar prontamente pela República, designadamente alunos das escolas superiores, instalou-se no dia 23 num dos ministérios das forças armadas e exerceu, a partir daí, uma importante acção de coordenação das forças republicanas, considerada posteriormente de grande valia para a vitória obtida sobre os monárquicos. Mas, não sendo Maia homem para se acomodar numa pacífica actuação de bastidores, não se ficou por aí a sua actuação em defesa da República nesse transe da ofensiva monárquica de Monsanto; com efeito, em um jornal de Lisboa lê-se o seguinte: "O Sr. Carlos da Maia, à frente de oficiais dedicados à causa republicana, apoderou-se do material de guerra da Escola Naval e da Escola de Guerra."[11]

No vulgarmente chamado "Ministério da Desforra", constituído a 27 de Fevereiro sob a chefia de José Relvas, republicano histórico e independente, José Carlos da Maia foi chamado, mais uma vez a assumir funções governativas, sobraçando, desta feita, a pasta das Colónias. Mas, decididamente, Maia não estava fadado para andanças políticas, sobretudo quando ditadas por tempos de retaliação. A 20 de Março de Março desse ano de 1919, demite-se do seu cargo, sendo substituído, interinamente, pelo ministro da Instrução, Domingos Pereira. Esta tomada de posição por parte de Carlos da Maia não é isolada, antes insere-se num conjunto mais vasto de demissões ministeriais que levaram a que, por fim, a parte restante do governo Relvas pedisse a demissão em bloco ao Presidente Canto e Castro, 7 dias depois, ou seja, a 27 de Março seguinte.

O que há de mais assinalável nesta curta experiência de Carlos da Maia à frente do ministério das Colónias é o caso de o ministro se ter recusado a demitir um alto funcionário do seu ministério, demissão que lhe era exigida sob o pretexto de o referido funcionário ser monárquico. O assunto coincidia, no tempo, com uma dinâmica social e alguma legislação anti-monárquicas, tudo isso na sequência dos acontecimentos recentes que haviam culminado na derrota infligida aos partidários da monarquia. Em concreto, essas disposições reclamavam o afastamento dos realistas da hierarquia militar e de cargos no funcionalismo público, sendo ao abrigo das mesmas que o deputado pelo círculo de Faro, Celorico Gil, na sessão da Câmara de Deputados de 20 de Fevereiro de 1919, depois de lançar extensas acusações aos monarquistas, exigiu ao ministro das Colónias a destituição do tal funcionário, reputando tal de medida imprescindível para a segurança da República. No imediato, Carlos da Maia recusou a exigência, alegando que a nomeação do funcionário fora feita pelo Governo anterior, não sendo, por conseguinte, um assunto de responsabilidade do Governo então em exercício.

A questão reveste-se de um certo interesse na medida em que nos transmite dados acerca da personalidade, algo controversa, de José Carlos da Maia. De facto o republicano íntegro que era Carlos da Maia, e que havia rompido com Sidónio Pais porque este se rodeava de monárquicos, era o mesmo que agora se recusava a expulsar os mesmos monárquicos de cargos de responsabilidade na administração do Estado. Porquê isso? A única resposta que nos parece caber aqui é a de que, tendo-se invertido a situação de domínio político do país, a Carlos da Maia repugnava agora bater nos vencidos, no caso os monárquicos. Sendo tal um indício iniludível de um carácter nobre, era, todavia, uma conduta, que, do ponto de vista

político, comportava riscos. Mas era assim o idealista Carlos da Maia, alguém que pugnando estrenuamente por princípios e valores morais, aos mesmos tudo sujeitava, não se apercebendo que em círculos adversos tal generosidade podia ser capciosamente aproveitada. Essa maneira de ser poderá explicar em Maia uma sensível incapacidade de espírito para se demorar no exercício da política, bem assim como tornar claras algumas tomadas de posição, eticamente respeitáveis, porém algo ingénuas e criticáveis do ponto de vista da respectiva adequação às necessidades e grandes linhas e projectos da República, regime que ele, afinal, idolatrou, ajudou a implantar e que, em horas de provação extrema, defendeu, com risco da própria vida.

EPÍLOGO TRÁGICO

Após mais esta curta experiência governativa, sobrevém como definitiva a retirada de José Carlos da Maia das lides políticas. Todavia o seu nome voltaria a público, designadamente às parangonas dos jornais, em tristes e dramáticas circunstâncias. Estávamos então em Outubro de 1921 e o governo do Partido Liberal (vencedor das eleições legislativas de 10 de Julho desse ano), chefiado por António Granjo, experimentava enormes dificuldades para se manter no poder. Revelando alguma falta de tacto político para lidar com problemas sensíveis como o eram a questão religiosa e a questão das subsistências, sobretudo o caso do pão, havia-se colocado em descrédito perante a opinião pública e numa situação de grande vulnerabilidade em relação aos ataques que, nos jornais, os seus inimigos políticos desferiam contra ele e contra o seu governo. Neste contexto, o ambiente de intriga e de crispação que então se vivia era o prenúncio de que algo de grave se estava engendrando na sociedade portuguesa. Os sombrios presságios começaram a tornar-se realidade ao cair do dia 18 de Outubro, com militares da Guarda Nacional Republicana e da Armada Portuguesa a ocuparem o Parque Eduardo VII e outras zonas estratégicas da cidade de Lisboa. Eram os primeiros passos da revolta militar que veio a ficar historicamente conhecida por *Outubrismo*. As revoluções, ainda que possam ser consideradas movimentos sociais inevitáveis ou até essenciais no processo do devir histórico, quase sempre sacrificam vidas humanas a esse necessitarismo. E, neste particular, o *Outubrismo* não foi excepção, porém o que, no caso, importa reter é que os imolados não foram vítimas directas de uma inerente violência revolucionária, mas sim de acções paralelas, porventura oportunistas, porventura fundadas em possíveis vinganças e antigos "ajustes de contas", porventura inseridas num plano urdido para desacreditar a República. Na verdade, os factos e os depoimentos apontam para uma verdadeira parasitação da pura acção revolucionária e, nesse sentido, para um aproveitamento do clima de instabilidade então criado, dando-se com isso lugar aos horrendos crimes perpetrados no decorrer da chamada "Noite Sangrenta".

Em linguagem simbólica, dir-se-ia que nessa noite de 19 de Outubro, o *Mal*, com letra grande e na sua acepção mais bestializada, ficou à solta em Lisboa. Às mãos dos intérpretes dessa torva presença, morreram, em circunstâncias de singular crueldade, cinco homens eminentes da República, entre os quais José Carlos da Maia. A acção, embora praticada por arraia-miúda militar, apresentava sinais de preparação e organização prévias. Então quem mandou matar? Esta uma pergunta para a qual até aos dias de hoje não foi encontrada resposta cabal. As várias explicações ensaiadas, por vezes contraditórias entre si, obedeceram, naturalmente, aos interesses político-ideológicos de quem as gizou. Em última instância, as responsabilidades foram assacadas à República, enquanto regime vigente, facto que, embora aceite pelo senso comum, não deixou de constituir uma espécie de "bode expiatório de serviço", à sombra do qual se calaram as consciências e se acalmaram os impulsos e desejos de justiça. Uma impressão nos fica, muito gravada: é que com os acontecimentos da noite assassina, a I República Portuguesa ficou, também ela, ferida de morte e, desde então, arrastou a sua agonia até ao estertor último, em 1926.

A morte de Carlos da Maia rodeou-se de cenas de intenso dramatismo, desde logo a circunstância de os seus algozes o procurarem na sua residência da Rua dos Açores, em Lisboa, e aí o arrancarem dos braços da esposa e da vista do seu filhinho, que dormitava num berço. Depois, violentamente empurrado para bordo da chamada "Camioneta Fantasma" e conduzido ao Arsenal da Marinha, foi aí insultado, agredido à coronhada e, por fim, varado pelos muitos disparos dos marinheiros amotinados, fuzilaria anónima onde não se distingue quem puxou o gatilho de quem, mais ou menos placidamente, presenciou a cena. No tocante a pormenores, os relatos que existem dos crimes da "Noite Sangrenta" apresentam-se eivados dum cerro

de contradições, não sendo possível encetar, com segurança, descrições minuciosas dos acontecimentos. Uma das acusações que, alegadamente, foi lançada contra Carlos da Maia pelos seus carrascos, momentos antes do seu assassinato, foi a de que ele, enquanto Ministro da Marinha, teria sido responsável pela deportação de muitos marinheiros, implicados na revolta de 8 de Janeiro de 1918 contra o *Dezembrismo* e o regime de Sidónio Pais. Alguns jornais fizeram-se eco de tal notícia; em *A Capital* de 20 de Outubro de 1921, lê-se o seguinte, num artigo assinado por André Brun:

> "Carlos da Maia – ainda o estamos vendo na madrugada trágica da Revolução de 5 de Outubro – seguindo a corrente dezembrista, deportou centenas de marinheiros e causou em muitos lares a tristeza e a desolação".

A fazer fé nestas palavras estaríamos perante uma vindicta, porém, conquanto não se possa rejeitar, em absoluto, o sentimento de vingança, o mesmo, só por si, não explica os actos praticados, face aos contornos e dimensão dos mesmos e ao dedo organizador que por detrás se adivinha. Havendo, inicialmente, suspeitas de ligação entre o movimento revolucionário de 19 de Outubro de 1921e os crimes da "Noite Sangrenta", foram os próceres da revolução julgados em Tribunal Militar, com audiências que se arrastaram entre 14 de Dezembro de 1922 e 22 de Fevereiro de 1923. Enquanto tal e com base nas sessões havidas no Tribunal, a imprensa republicana desenvolveu e documentou a tese da existência de uma conspiração monárquica, com ramificações internacionais, no seio da qual as mortes verificadas teriam justamente o objectivo de desacreditar a República como regime e Estado de direito e, dessa forma, possibilitar e justificar uma intervenção militar de forças estrangeiras, visando a restauração da Monarquia em Portugal. Neste contexto, um dos principais agentes dos crimes cometidos, o cabo marinheiro Abel Olímpio, por alcunha o *Dente de Ouro*, seria o elemento de ligação entre a organização e a Armada Portuguesa. Como esperado, esta tese foi sendo refutada pelos jornais monárquicos. O Tribunal Militar acabou por se pronunciar pela inexistência de qualquer vínculo entre a revolução e os actos criminosos perpetrados e, nesse sentido, absolver todos os réus.

Numa segunda fase, com início em 1 de Março de 1923, teve lugar o julgamento dos executantes materiais dos crimes, designadamente os homens que haviam composto a tripulação da chamada "Camioneta Fantasma", aí figurando como réu principal o Abel Olímpio. Com poucas diferenças, os jornais reeditaram a tese da conspiração monárquica e a respectiva réplica. Das sessões havidas no Tribunal Militar de Santa Clara, em Lisboa, vale a pena recordar a que ocorreu no dia 8 de Março, quando a viúva de José Carlos da Maia, enfrentando directamente o *Dente de Ouro*, o acusou da morte do seu marido. Eis uma descrição da cena, inserta no jornal *A Capital* de 8/3/1923, p.2:

> "São 15 horas. A Sra. D. Berta da Maia, visivelmente comovida, declara que vai contar o que se passou em sua casa. Palavras breves que lançam pela sala enorme ansiedade. Diz parecer-lhe que os marinheiros não são os únicos responsáveis do assassínio. Os bandidos – acrescenta – não atenderam aos rogos de uma pobre mulher que lhes apresentava nos braços um filhinho e lhes implorava misericórdia. Um dos marinheiros dizia: '*Com uma mulher destas, não se pode fazer coisa alguma*.' Pois o Dente de Ouro dizia que, apesar de tudo, o meu marido tinha de acompanhá-lo e que acrescentava que ele o tinha mandado para África e que a sua mãe morrera de desgosto.
>
> 'Mentira! Mentira!' – exclama com voz vibrante a Sra. D. Berta. 'O miserável tinha a mãe viva e não foi para África! Meu marido não deportou ninguém, mandou sim, soldados para a guerra, bem alimentados e apetrechados. Eu encontrei na sua carteira bastantes cartas de marinheiros, fazendo-lhe pedidos que foram atendidos.'
>
> A Sra. D. Berta está comovida e as lágrimas correm-lhe pelas faces; na sala ouvem-se soluços e o Presidente do Tribunal não esconde também a sua comoção.
>
> Entretanto a viúva prossegue: – 'Sr. Presidente, meu marido não deportou ninguém; era um amigo dos marinheiros, pois era marinheiro também. […] Meu marido morreu inocente, Srs. Jurados; V. Exas. Não podem avaliar a dor que me tortura.' […] Voltando-se para o Dente de Ouro, a Sra. D. Berta da Maia exclama:
>
> – 'Fostes tu que mandaste matar meu marido! Fostes tu que não atendeste às súplicas de uma mãe com um filhinho de seis meses ao colo! Lembra-te marinheiro que disseste na minha presença: *Esta senhora é a única que me pode acusar*. Eu não quero a tua morte, quero o teu

remorso! Porque não falas? Porque não dizes os nomes dos teus cúmplices? Mas o remorso de teres morto um inocente há-de despertar no teu coração de ferro. Fostes tu que dissestes, quando um outro marinheiro dissera para que deixassem ficar meu marido: *Temos de o levar, pois também me deportou a mim*! E não tiveste piedade de uma criancinha de seis meses!'

Mais calma, segue: – 'Confio em que o Tribunal saberá fazer justiça!'"

No dia 1 de Junho de 1923, o Tribunal leu as sentenças, sendo os principais réus condenados a penas de prisão maior, seguidas de deportação. Abel Olímpio foi sentenciado com 12 anos de prisão maior celular, acrescidos de 20 de degredo ou, em substituição, 31 anos de degredo em possessão colonial de primeira classe, incluídos aqui dez anos de prisão.

Não se sabe como é que Berta da Maia reagiu a esta justiça, sendo no entanto possível pensar que não ficou, de todo, satisfeita com a mesma, dado que por sua conta e risco encetou diligências para apurar o que reputava de inteira verdade. Neste afã se inserem as muitas conversas que teve com o cabo Abel Olímpio, deslocando-se para o efeito às prisões onde o *Dente de Ouro* cumpria a pena a que fora condenado, primeiramente em Lisboa e depois em Coimbra. Essas conversas e sobretudo as impressões e ilações delas retiradas foram posteriormente reduzidas a escrito e publicadas, em 1928, num livro com o título *As Minhas Entrevistas com Abel Olímpio, o* "*Dente de Ouro*". As conclusões contidas neste livro apontam, com abundância de pormenores, para a já referida tese da conspiração monárquica. Mais uma vez, personalidades e organizações monarquistas vieram a terreiro, desta feita atacando, com rara violência, quer o livro, quer a autora do mesmo, acusando-a de estar ao serviço da Maçonaria. Algumas vozes republicanas saíram ainda em defesa da causa e da pessoa de Berta da Maia, mas depois, os efeitos conjugados do tempo e da censura imposta pelo regime salazarista, iniciado em 1933, acabaram por fazer correr sobre o assunto uma cortina de silêncio, assim se invalidando os rastos que, hipoteticamente, poderiam conduzir a um apuramento da trama da "Noite Sangrenta", nefando episódio que enegreceu e que enegrece, ainda hoje, a história da República Portuguesa.

Nos nossos dias, para além de necessárias referências em trabalhos historiográficos, o nome de José Carlos da Maia é evocado publicamente em placas toponímicas de ruas de cidades, vilas e outras povoações de Portugal, designadamente nas duas principais cidades, Lisboa e Porto, e igualmente em Olhão, terra que o viu nascer. Nesta pequena cidade situada no extremo sul do país, foi, no ano 2000, dado o seu nome a uma escola, a qual passou a chamar-se Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos José Carlos da Maia, Olhão. Se tivermos em conta o facto de o regime vigente ser uma República, com a expressa obrigação de honrar os seus heróis, a decisão, embora de relevância relativa, aparece como justíssima, somente pecando por tardia. Mas foi Macau que primeiramente quis honrar a memória desse português que em vida se chamou José Carlos da Maia, com a colocação, logo em 1924, à entrada do arruamento 21 do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, de um mausoléu, contendo uma placa – memorial com os seguintes dizeres:

"Ao grande português, oficial da Armada e ex-governador de Macau, José Carlos da Maia, respeitosa homenagem do Corpo de Voluntários de Macau ao seu fundador e dedicado amigo."

Seis anos depois da sua morte, em Dezembro de 1927, José Carlos da Maia foi agraciado, a título póstumo, com a Grande Cruz Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito por serviços relevantes prestados à Pátria e à República.

CONCLUSÃO

Ao longo das páginas anteriores pretendeu-se dar um contributo para um conhecimento mais alargado de um vulto histórico que protagonizou feitos dignos desse brilho e estatuto, principalmente em lugares do mundo como Lisboa e Macau. Para o efeito reuniram-se e interpretaram-se, em jeito de escorço biográfico, informações que circulam em escritos dispersos, nisso se colocando a preocupação de dar relevo aos aspectos que melhor retratam as passagens e acções do biografado por paragens tão distantes e diferentes, entre si, quanto as que atrás se apontam. É certo que a dimensão histórica da individualidade em apreço exigiria (exigirá) uma obra de maior fôlego (que ainda não está feita), tal porém não se enquadra nas intenções e finalidades previamente traçadas para este escrito. É lícito esperar que tal obra, porque desejável e necessária, não demore a ver a luz do dia.

Carlos da Maia foi uma figura romântica de marinheiro, de revolucionário e de político, pessoa humana que sobretudo se bateu, com denodo e

mesmo com intransigência, por ideais de liberdade e de justiça, no sentido da criação de uma sociedade mais perfeita e mais fraterna. Lutou contra todas as formas de opressão, evidenciando-se especialmente na pugna contra uma Monarquia decrépita e pela instauração da República. Aos seus ideais ingentes de liberdade se deve a sua filiação em organizações como a Maçonaria e a Carbonária, situando-se, porém, dentro desta última com um espírito e um sentir românticos que o remetiam mais para um paradigma carbonário próximo da Carbonária italiana da época da *Jovem Itália* de Mazzini e do *Rissorgimento* de Garibaldi, cujos ideário e propósitos eram, como se sabe, a Liberdade e a unificação de um Povo e de uma Nação.

Maia, na sua peculiar maneira de ser, esteve sempre em colisão com os delineamentos da manobra política, mesmo quando esta se afirmava como curial, facto que, não raro, lhe acarretou algumas desilusões. Por outro lado, a obstinação posta na procura de soluções políticas que aproximassem o regime republicano do modelo que, ele próprio, Carlos da Maia, idealizava e defendia (sem cuidar se tal era ou não possível, marca inconfundível do seu romantismo), levou-o, por vezes, a abraçar causas que, a breve trecho, acabou por repudiar. Uma apreciação à actuação de Carlos da Maia à frente do Governo de Macau, aos ecos que dessa mesma actuação existem, bem ainda como à obra administrativa que fez ou propôs pelas duas vezes que foi ministro, leva-nos a considerar que o nosso biografado, mau grado os insucessos no campo da política, foi um talentoso administrador.

Por último, a sua morte, envolvendo situações pungentes e de excessiva violência, parece, ela própria, saída das páginas de um romance. A imensa imoralidade dos crimes cometidos só tem páreo na possível intenção dolosa ou no desleixo havidos quanto a uma necessária e exigível indagação das verdadeiras causas dos mesmos e da identidade dos seus mandantes. Não faltou aqui o ingrediente romântico da heroína, protagonizada esta pela pessoa de Berta da Maia, pobre mulher que, na sua sede de justiça – sinal iniludível do amor que devotava a seu marido – buscou uma explicação, no seio de uma luta determinada que desenvolveu contra interesses obscuros, porém, poderosos.

Passado que foi, todavia, o tempo útil para que tal explicação se produzisse, o assunto ficou assim velado por um halo de mistério, logicamente enquadrável nas singularidades da historicidade humana e, por conseguinte, hoje aceite como tal. Não se nos apaga, contudo, a inquietante sensação de que, por vezes, o tempo dos homens é, do ponto de vista da ética, uma dimensão mais que duvidosa. RC

NOTAS

1 Francisco Rocha Martins e Bourbon e Meneses, *Um Marinheiro Romântico: Como Viveu e Morreu José Carlos da Maia*, pp. 10.

2 Robert Arthur Talbot Gascoyne, Marquis of Salisbury (1830-1903), Chefe do Partido Conservador e Primeiro Ministro de Inglaterra de 1886 a 1902. Centrou a sua acção na expansão colonial britânica em África.

3 Machado Santos, *A Revolução Portuguesa: 1907-1910 (Relatório de Machado Santos)*, p. 115.

4 Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (1872-1929), oficial de marinha, foi um dos promotores do Cinco de Outubro de 1910. Voluntário na expedição a Angola em 1914, ali se manteve até ao fim das campanhas. Foi secretário de Estado das colónias de Sidónio Pais, de 15 de Maio a 23 de Dezembro de 1918 e ministro da Agricultura no governo nacionalista de Ginestal Machado, de 15 de Novembro a 17 de Dezembro de 1923.

5 José Brandão, *A Noite Sangrenta*, 1925, pp. 172-173).

6 Glória Maria Marreiros, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do século XX,* p. 301.

7 Ver Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*.

8 Ver "Carlos da Maia revisitado em jantar alusivo ao 5 de Outubro", artigo de Olga Pereira in *Jornal Tribuna de Macau* de 6/10/2009, p. 6.

9 Francisco Rocha Martins e Bourbon e Meneses, *Um Marinheiro Romântico*, pp. 17-18.

10 *Ibidem*.

11 *A Capital*, 23/1/1919, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

Bessa, Carlos Gomes. *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Prefácio de Jorge Rangel. Macau: Fundação Macau, 1999.

Brandão, José. *A Noite Sangrenta*. Prefácio de Raúl Rego. Lisboa: Alfa, 1991.

Barreiros, Danilo. *José Carlos da Maia*. Olhão: Separata da *Voz de Olhão*, 25, 1989.

A Capital, Diário Republicano da Noite.

Diário da Camara dos Deputados.

A Ilustração Portuguesa.

Maia, Berta da. *As Minhas Entrevistas com Abel Olímpio, o "Dente de Ouro": Páginas para a História da Morte Vil de Carlos da Maia, Republicano Combatente de 5 de Outubro*. Lisboa: Ottosgráfica, 1928.

Maia, José Carlos da. *Apontamentos da 4.ª Cadeira – Chronometria, Anno Lectivo de 1898-1899*, colligidos por Manuel Gonzalez de Campos e José Carlos da Maia, Aspirantes de Marinha.

——. *Algumas Considerações sobre Marinha de Guerra: Conferência Realizada na Liga Naval Portuguesa em 5 de Junho de 1907*. Lisboa: Typographia de J. F. Pinheiro, 1907.

——. *Bases Navais: Política e Estratégia*. Lisboa: Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.

——. *Estudo sobre Chronometros e Agulhas do Pero d'Alenquer.* Lisboa: Typographia de J. F. Pinheiro, 1907.

Marreiros, Glória Maria. *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*. Lisboa: Colibri, 2000.

Martins, Francisco Rocha. *Memórias Sobre Sidónio Pais*. Lisboa: Sociedade Editorial ABC, 1921.

—— e Meneses, Bourbon e, *Um Marinheiro Romântico: Como Viveu e Morreu José Carlos da Maia*. Lisboa: Tipografia América, 1924.

Santos, Machado. *A Revolução Portuguesa: 1907-1910 (Relatório de Machado Santos)*. Prefácio de António Reis. Ed. fac-similada. Lisboa: Sextante Editora, 2007.

Tribuna de Macau de 6/10/2009, disponível em 24/02/2010, in http://www.jtm.com.mo/news/20091006/news_images/00_06_10_2009.pdf